



Relatório Anual da Administração

Aos acionistas: A Administração da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - "ETEP", em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2014, acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários. **A Companhia:** A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. - "ETEP" tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades. Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 43/2001 - ANEEL, datado de 12 de junho de 2001, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia

Elétrica (ANEEL), foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na implantação, manutenção e operação da linha de transmissão de 500 kV e subestações, com 323 km de extensão, com origem na subestação de Tucuruí e término na subestação de Vila do Conde, no Estado do Pará. Em 2009, a Companhia substituiu a controladora ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A., com participação de 100%, que possui Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009, celebrado com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Sistema de transmissão:** O sistema da ETEP integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia (MME). A companhia auferir a sua receita em

função da disponibilidade nas instalações sob sua operação. Os indicadores que demonstram a disponibilidade no exercício foram:

| | 2014 | 2013 |
|---------------------|---------|---------|
| Dados operacionais: | 99,89% | 100,00% |
| Disponibilidade (%) | 100,00% | 100,00% |

A disponibilidade representa a proporção entre a quantidade de horas em que a linha encontra-se disponível em um determinado período e o total de horas no período considerado. **Pesquisa e desenvolvimento - P&D:** Em 2014 a ETEP realizou os projetos: 1. Aplicação de nanotecnologia para redução da resistência de contatos em aterramento, 2. Desenvolvimento de software para otimização de traçado de linhas de transmissão por meio de análise de riscos ambientais e avaliação geotécnica aprimorada, 3. Sistema digital de medição de correntes de bancas capacitores série e transmissão de dados adquiridos através de dispositivo sem fio - desenvolvimento de Cabeça de Série, 4. Cabeça de Série do Projeto REMOTE, 5. Gestão 2013, 6. Gestão 2014, 7. Arranjos técnicos e comerciais para

inserção da geração fotovoltaica na matriz energética brasileira. Detalhes dos projetos de P&D encontram-se no site www.tbe.com.br. **Desempenho econômico-financeiro:** As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC'S). No exercício de 2014 os resultados da Companhia foram:

| | Regulatório | Societário |
|---------------|-------------|------------|
| Lucro líquido | 53.655 | 75.219 |
| EBITDA | 64.732 | 58.454 |

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da companhia.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais

31 de Dezembro de 2014 e 2013

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|-------------|----------|
| | 31/12/14 | 31/12/13 | 31/12/14 | 31/12/13 |
| Ativo Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5 | 4.211 | 9.444 | 20.653 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | - | - | 2.362 |
| Contas a receber | 7 | 93.471 | 86.495 | 106.707 |
| ativo financeiro | 6 | 1.462 | 1.180 | 1.703 |
| Impostos a recuperar | 8 | 4.154 | 2.421 | - |
| Dividendos a receber | - | 52 | 105 | 6.642 |
| Adiantamento a fornecedores | - | 2.901 | 2.043 | 2.913 |
| Outras contas a receber | - | 106.251 | 101.688 | 131.272 |
| | | | | 124.340 |
| Não circulante | | | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | - | 4.900 | - |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | - | 2.152 | - |
| Contas a receber | - | - | - | - |
| ativo financeiro | 7 | 111.193 | 120.385 | 191.331 |
| Estoque | - | 1.928 | 1.868 | 1.928 |
| Outros ativos | - | 151 | 1.700 | 232 |
| Investimentos | 9 | 61.789 | 47.754 | - |
| Imobilizado | - | 84 | 88 | 110 |
| Intangíveis | - | 648 | 505 | 706 |
| | | | | 269 |
| | | | | 541 |
| | | | | 175.793 |
| | | | | 194.307 |
| | | | | 202.033 |
| Total do ativo | | | | |
| | | | | 282.044 |
| | | | | 281.040 |
| | | | | 325.579 |
| | | | | 326.373 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|--------------|----------|-------------|----------|
| | 31/12/14 | 31/12/13 | 31/12/14 | 31/12/13 |
| Passivo Circulante | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 17.690 | 14.412 | 20.918 |
| Fornecedores | - | 466 | 407 | 8.115 |
| Tributos e contribuições sociais a recolher | 12 | 1.689 | 13.362 | 1.897 |
| Encargos regulatórios | 11 | 3.243 | 2.791 | 3.754 |
| Outras contas a pagar | - | 523 | 1.444 | 703 |
| | | 23.611 | 32.416 | 35.387 |
| | | | | 43.572 |
| Não circulante | | | | |
| Empréstimos, financiamentos e debêntures | 10 | 82.087 | 27.691 | 110.592 |
| Adiantamento de clientes | - | 4.553 | - | 4.970 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 12 | 14.617 | 29.663 | 17.454 |
| Outros passivos | - | - | 1.940 | - |
| | | 101.257 | 59.294 | 133.016 |
| | | | | 93.471 |
| Patrimônio líquido | | | | |
| Capital social | - | 105.252 | 105.138 | 105.252 |
| Reservas de lucro | - | 42.049 | 79.132 | 42.049 |
| Proposta de distribuição de dividendos adicionais | - | 9.875 | 5.060 | 9.875 |
| Total do patrimônio líquido | 15 | 157.176 | 189.330 | 157.176 |
| | | | | 189.330 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | | | |
| | | | | 282.044 |
| | | | | 281.040 |
| | | | | 325.579 |
| | | | | 326.373 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

| | Reservas de lucros | | Proposta de Distribuição de dividendos adicionais | Lucros acumulados | Total |
|--|--------------------|----------------|---|-------------------|----------------|
| | Capital social | Reserva legal | | | |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2012 | 97.188 | 14.238 | 7.950 | 52.990 | 177.955 |
| Aumento de capital | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 7.950 |
| Dividendos adicionais aprovados | - | - | - | - | (7.950) |
| Destinação proposta à AGO | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - |
| Dividendos intermediários | - | - | - | - | - |
| Juros sobre capital próprio declarados | - | - | - | - | - |
| Reserva de lucro do exercício | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2013 | 105.138 | 16.725 | 9.417 | 5.060 | 189.330 |
| Aumento/redução de capital | - | - | - | - | 114 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 75.219 |
| Dividendos adicionais aprovados | - | - | - | - | (62.407) |
| Destinação proposta à AGO | - | - | - | - | - |
| Reserva legal | - | - | - | - | - |
| Dividendos intermediários | - | - | - | - | - |
| Reserva de lucro do exercício | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2014 | 15 | 105.252 | 20.485 | 9.875 | 157.176 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "ETEP") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede está localizada na Rua Olimpíadas, 66 - 8ª andar - Sala B - Vila Olímpia - São Paulo - SP. A Receita Anual Permissível (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial a RAP da ETEP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

| Contrato de concessão | | Índice de correção | |
|-----------------------|----------|--------------------|--------------|
| Companhia | Número | Prazo (anos) | Vigência até |
| ETEP | 02/2011 | 30 | 2039 |
| ESDE** | 025/2009 | 30 | 2039 |

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.756/2014. (**) A RAP, acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente será de R\$ 11.888.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 03 de março de 2015. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pela International Accounting Standards Board - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como "Consolidado". As demonstrações contábeis individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como "Controladora" ou "Indivíduos". As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e determinados dispositivos da lei societária. A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos financeiros da concessão, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao processo inerente das estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de sua controladora. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4. Critérios de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e sua controladora. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores: forma combinada: (i) detém mais de 50% do poder de voto; (ii) governa as políticas financeiras e operacionais; e (iii) indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração. Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações: • Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controlada, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros. • Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício da empresa controlada. A seguinte controlada está sendo incluída na demonstração controladora consolidada:

| | 2014 | 2013 |
|--|------|------|
| Razão Social | 100% | 100% |
| ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. | 100% | 100% |

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. A participação dos acionistas não controladores, das empresas consolidadas integralmente, é destacada na demonstração do resultado consolidado e na mutação do patrimônio líquido.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em "valor justo por meio do resultado", enquanto Contas a receber - ativo financeiro com "recebíveis". Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial. **3.2. Contratos de concessão:** De acordo com o IFRIC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não é reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro. **3.3. Estoques:** Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo não circulante (Imobilizado) quando a expectativa de realização é superior a 12 meses. **3.4. Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos:** A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controladora não identificaram nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. **3.5. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia e de sua controladora são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo

e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis. **3.6. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controladora possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável que não e seu montante possa ser estimado de forma confiável. **3.8. Provisões para litígios:** As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente. **3.9. Tributação:** 3.9.1. Impostos sobre a receita: As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; **3.9.2. Imposto de renda e contribuição social:** • Correntes: A Companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações às quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. • Diferidos: Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.10. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. **3.11. Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e pelas suas controladas. A ETEP e sua controlada reconhecem as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICP 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma: **3.11.1. Receita de implantação de infraestrutura:** A ETEP e a sua controlada abrangidas pelo escopo do ICP 01 (IFRIC 12), registram a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo (ativo) e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia e de sua controlada avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase. **3.11.2. Receitas de remuneração dos ativos da concessão:** Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento. **3.11.3. Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, onde essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir os respectivos custos. **3.11.4. Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. **3.12. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4. PRONUNCIAMENTOS NOVOS OU REVISADOS

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas emitidas pelo órgão regulador, com aplicação obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2014. Estas normas adotadas pela primeira vez não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma norma ou pronunciamento cuja adoção não fosse obrigatória nesse exercício. As seguintes IFRS novas e revisadas foram emitidas durante o exercício de 2014 cujas datas de adoção inicial ainda não se efetivaram: IFRS 9, IFRS 15, e modificações às IFRS 11/CPC 19(R2), IAS 16/CPC 27, IAS 38/CPC 04 (R1) e IAS 41/CPC 29.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | Controladora | Consolidado |
|------------------------|--------------|-------------|
| | 31/12/14 | 31/12/13 |
| Caixa e Bancos | 4.139 | 90 |
| Aplicações financeiras | 72 | 9.354 |
| | 4.211 | 9.444 |

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2014, (98,42% do CDI em 31 de dezembro de 2013). Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de investimento em renda fixa. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2014 possuem liquidez imediata, vencimento na data do balanço patrimonial e igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia resgatou o saldo de aplicação em fundo de investimento (R\$ 2.152 em 31 de dezembro de 2013), destinada ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira no qual está sujeito a aprovação da Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA). Em 31 de dezembro de 2014 a controlada ESDE manteve o saldo de R\$ 2.362 referente à conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

7. CONTAS A RECEBER - ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ETEP e ESDE e, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte através da Receita Anual Permissível - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

8. MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014:

| | Controladora | Consolidado |
|--|----------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2012 | 205.672 | 269.051 |
| Receita de operação e manutenção | 10.591 | 11.137 |
| Receita de remuneração dos ativos da concessão | 65.665 | 77.458 |
| Receita de implantação de infraestrutura | - | 15.573 |
| Realização do ativo financeiro (recebimento) | (75.048) | (73.552) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2013 | 206.880 | 294.000 |
| Receita de operação e manutenção | 8.844 | 9.958 |
| Receita de remuneração dos ativos da concessão | 64.809 | 79.015 |
| Receita de implantação de infraestrutura | 407 | 6.891 |
| Realização do ativo financeiro (recebimento) | (77.282) | (92.832) |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2014 | 203.658 | 297.032 |
| Contas a receber ativo financeiro - circulante | 93.471 | 106.707 |
| Contas a receber ativo financeiro - não circulante | 110.187 | 190.325 |
| Total circulante e não circulante | 203.658 | 297.032 |

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

foi publicada a Lei 12.973, conversão da MP 627/2013 que: (i) altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, (ii) extingue o Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A Companhia optou por não adotar antecipadamente as disposições da Lei 12.973, o exercício dessa faculdade será formalizado através da entrega da DCTF informando os fatos geradores referentes a dezembro de 2014. A partir de 1º de janeiro de 2015 essas disposições passarão a ser obrigatórias. Baseada no princípio da neutralidade, a Companhia não prevê nenhuma alteração significativa em suas estimativas em decorrência da adoção da Lei.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam

ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. a) **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** O valor contábil dos empréstimos, financiamentos e debêntures tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado. b) **Gerenciamento de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados: (i) **Risco de crédito** - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a aproximadamente 420 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão - DIT e também com cláusula de garantia bancária; (ii) **Risco de preço** - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M; (iii) **Risco de taxas de juros** - A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI; (iv) **Risco de liquidez** - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela

ANEEL; (v) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade. c) **Hierarquia do valor justo:** A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. No decorrer dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como Nível II o contas a receber - ativo financeiro. d) **Valor justo:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes: Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil. Empréstimos financiamentos e debêntures (líquidos dos custos a amortizar):

(i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos. (ii) O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia e sua controlada oferecem aos seus empregados, benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição e plano de previdência privada de contribuição definida.

21. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 85.

A Diretoria

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.** - São Paulo - SP - **Introdução:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações

contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre

Contador:

Claudio Luiz Pinto de Barros - CRC 15P195071/O-4

a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas:** Em nossa opinião as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os

seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 26 de fevereiro de 2014, que não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 03 de março de 2015



KPMG Auditores Independentes
CRC 25P014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 15P141128/O-2